

## Exílio, Vigilância e Censura: O historiador Rafael Altamira e o Estado Novo espanhol

Exile, Surveillance and  
Censorship: The historian  
Rafael Altamira and the  
Spanish Nationalist State

Lucileide Costa Cardoso<sup>1</sup>



**Resumo:** O propósito central do artigo é resgatar a trajetória do historiador Rafael Altamira, sobrevivente do Novo Estado espanhol que tomou o caminho do exílio no final da Guerra Civil e resistiu ao regime franquista ao longo de sua vida. O historiador esteve na mira da polícia franquista, migrou para a América, fixando-se no México como exilado e articulador da resistência no campo intelectual. Por este motivo, teve a sua produção permanentemente submetida às novas regras de publicação, incluindo tradução dos seus livros com trechos suprimidos, bem como anulação ou revalidação da sentença censória. Identificar as regras estabelecidas pelo aparato censório e o modo operativo que se configurava em proibição, liberação parcial ou total dessas obras foram objetivos que formataram a pesquisa. Com isso, asseveramos a existência de uma vigilância permanente sob tais publicações e seus respectivos autores, editores e leitores submetidos à lógica de suspeição e inculpação. Através do estudo deste caso, pretende-se evidenciar as vicissitudes de um regime ditatorial que maculou a liberdade de expressão de parte dos seus intelectuais, alguns confinados ao silêncio e autorrepressão, outros condenados à uma vida no exílio como modo de sobrevivência cultural. **Palavras-chave:** Rafael Altamira; Franquismo; xílio; Vigilância; Censura.

**Abstract:** The main purpose of this paper is to revitalize the legacy of historian Rafael Altamira, a survivor from Spanish Nationalist State who left the country to live in exile at the end of the civil war. Throughout his life, he also resisted Franco's regime. The historian was targeted by Franco's officers, moved to America and established himself in Mexico as an expatriate agent of the resistance in the intellectual field. Because of that he had his works continually submitted to new publishing requirements, such as having passages suppressed in book translations and having books banned or revalidated by the censorship judgment. The aims of the present research are to



identify the rules imposed by censorship apparatus and the way it functioned to ban or to allow the partial or total publication of those works. Thereby, we demonstrate the lasting surveillance on those works and their respective authors, editors and readers, subjected to an atmosphere of suspicion and guilt. By means of this study, it will be delineated the vicissitudes of a dictatorial regime which deprived the freedom of expression of intellectuals and which limited them to silence and self-repression. Also, it condemned others to be in exile as a way of cultural survival.

**Keywords:** Rafael Altamira; Francoist Spain; Exile; Surveillance; Censorship.

Lucileide Costa Cardoso  
Exílio, Vigilância e Censura: O historiador  
Rafael Altamira e o Estado Novo espanhol



As principais informações sobre as universidades espanholas no contexto do franquismo compreendem uma bibliografia acurada sobre o processo de perseguição ao seu corpo docente. A emergência da Guerra Civil (1936-1939), já conformara mecanismos mais brandos de depurações republicanas no sistema de ensino espanhol. Tais instrumentos punitivos foram aprimorados e endurecidos durante a vitória das forças nacionalistas e consolidação da primeira fase do regime franquista. De modo mais radical, os processos depurativos resultaram em assassinatos, prisões, exílios internos e externos do corpo docente. A destruição do patrimônio bibliográfico e humano com invasões a editoras, livrarias e, conseqüentemente, censura e proibição de livros afetaram sobremaneira a área cultural. Assim, a pesquisa contribuiu para compreendermos o grau de controle e vigilância sobre as universidades e seu corpo docente, por meio dos variados mecanismos de suspeição, emprego da censura, pagamento de multas, confisco de bens, transferências, aposentadorias forçadas, dentre outras acusações e penas mais severas.<sup>2</sup>

Adotamos o conceito de “limpeza política” ao estabelecermos uma problematização do termo repressão política diferenciando-a de censura, especialmente quando abordamos os expurgos e julgamentos dos professores envolvidos na guerra bibliográfica. Este termo é utilizado ao mencionar a intervenção em livrarias, editoras e bibliotecas públicas e particulares, ou seja, professores, donos de livrarias, editores, dentre outros que foram alvos preferenciais da “limpeza política”. São ações de repressão cultural que não podem ser confundidas com a censura. O conceito de repressão cultural no contexto bélico supôs a proibição mediante a destruição ou a inacessibilidade de uma parte significativa do patrimônio bibliográfico. Delimita claramente um espaço proibido e outro permitido, enquanto que a censura supõe certo grau de tolerância, uma relação dialética entre o permitido e o proibido, que só começa a dar-se, em termos gerais, depois da consolidação do franquismo. A guerra que se desenvolveu no âmbito bibliográfico e arquivístico entre 1936 e 1939, destruiu boa parte do patrimônio eclesiástico, bem como pretendeu-se a aniquilação das chamadas “obras marxistas”, sendo que em 1938 atingiu o seu auge com a mais dura perseguição as obras do trotskismo. (TARIN, 2017, p.173-175). Entende-se o conceito de repressão – tanto republicana como franquista – em seu sentido amplo, que não se circunscreve a utilização da violência física, como um conjunto de mecanismos dirigidos ao controle e sanção de condutas “desviantes” na ordem ideológica, político, social ou moral (GONZÁLEZ CALLEJA, 2006, p. 6). Enquanto o conceito de repressão faz alusões



aos mecanismos, atuações e alude aos meios de intervenção para se conseguir o controle político-social sobre um coletivo, a “limpeza política” representa: “la dinámica de homogeneización política de la población de un territorio por medio del uso de la fuerza o la intimidación contra los grupos identificados como enemigos políticos”(CRUZ, 2007, p. 6).

Neste artigo, uma breve compreensão dos mecanismos do modo como se processou a censura franquista se faz necessário, sendo que o seu principal objetivo foi despojar os intelectuais de seu principal poder: o domínio da *palavra*, controlando o cenário sócio-político através do discurso dominante. A censura franquista, no geral, não se guiava por normas disciplinares rígidas até meados de 1937, quando se prossegue com a destruição e ocultação de livros proibidos e reestruturação dos fundos bibliográficos. Várias Leis visando à regulamentação da censura foram instituídas, principalmente a Lei de 22 de abril de 1938 que estabeleceu instrumentos repressivos, tais como: censura prévia de livros, diários e todo tipo de publicações, permanecendo em vigor até a Ley de Prensa e Imprenta de 1966, quando foram modificadas (CHULIÁ, 1997, p.144-145; ROJAS CLAROS, 2012). Ainda, em 29 de abril de 1938, uma disposição do Ministério do Interior teve como objetivo criar um Serviço Nacional de Propaganda submetendo o controle de todo o material impresso em circulação no território nacional. Essa legislação de 1938 formulou as linhas gerais da censura prévia, estipulando que todos os tipos de textos estivessem sob as lentes dos censores antes de sua publicação. Os livros publicados no exterior dependia do aval da burocracia, composta por funcionários indicados ou concursados como leitores oficiais para ter direito a uma nova edição. Tal fato coloca em evidência o caso da censura aos livros de Rafael Altamira e o empenho dos seus editores para driblar os meandros do Serviço de Censura.

As normas estabelecidas em abril de 1938 devem ser entendidas como o início pleno das atividades do Serviço Nacional de Propaganda, concentrados na censura de livros e tarefas de propaganda assumidas pela Falange (BLAS, 2008). Outro marco importante, foi a Lei de 13 de dezembro de 1940 promulgada pelo Ministério da Educação Nacional referente a operacionalização dos empréstimos de livros nas bibliotecas, visando formar o “verdadeiro espanhol” (ALTED VIGIL, 1984). Em 20 de maio de 1941 foi criada a Vicesecretaria de Educación Popular, VSEP, para fins de centralização e estruturação da propaganda, intervindo diretamente em todos os escalões da cadeia de criação cultural, desde o momento de sua produção até a sua distribuição. Contou com mais de 1.500 funcionários e a primeira etapa do processo censório começava



quando o editor ou seu representante entregava cinco exemplares de uma obra ao Serviço de Censura na sede da VSEP ou em uma de suas delegações provinciais (GRECCO, 2020). A censura dos livros se efetivava através de um questionário padrão que figurava nas mãos dos informantes de leitura e determinava a sua autorização ou proibição (ABELLAN, 2003, p. 26-33). Os livros do historiador Rafael Altamira são bons exemplos para compreendermos a análise censória e os critérios empregados para autorizar ou negar uma obra de um historiador exilado no pós-guerra. No corpo do texto, apresentamos uma pequena amostragem dos documentos relativos à censura aplicada aos seus livros,

Livres de qualquer pretensão que aduzisse a ideia de escrever a história da censura de livros durante o franquismo, o esforço do que se segue é apresentar a rica trajetória do intelectual e do homem público, Rafael Altamira, transpassadas por conflitos, negociações e atos de coragem frente aos desmandos da repressão política e cultural que incluiu limitações censórias aos seus escritos. Sob forte vigilância do Novo Estado Espanhol, seus passos foram seguidos de perto, especialmente repercussões nacionais e internacionais de sua imensa obra, participação em eventos científicos, atuação como juiz internacional em Haia, além de sua rede de sociabilidade. Contudo, a lente teórica adotada baseou-se na ação de determinados sujeitos, sem desprezar as estruturas nem a incontestável dinâmica de relações entre atores e posições sociais diversas que formaram o tecido social dentro e fora da Espanha nesta época. A fase do exílio iniciou-se com o movimento de intelectuais latinos e europeus visando à preparação de sua saída da Europa e chegada em segurança no México. Assim, a sua vida, de seus familiares, pares acadêmicos e demais parceiros culturais foram vigiados e controlados pelo Estado Novo espanhol, motivando contendas e desafios que o acompanharam durante a sua existência e após a sua morte, reverberando nos dias atuais em homenagens, reconhecimento e sínteses historiográficas.

### **Rafael Altamira: um historiador vigiado pelo regime**

A linhagem de historiadores juristas foi característica da historiografia espanhola na primeira metade do século XX, na qual o próprio Altamira tornou-se um dos principais expoentes. *Rafael Altamira*, (1866-1951), liberal republicano, jurista, historiador do direito, professor e crítico literário, além de grande defensor do ensino escolar. Logo nos primeiros anos de século XX intensificou o contato com intelectuais estrangeiros e começou a investir no intercâmbio



com a Hispano-América baseada na defesa de uma história e língua comuns. Viajou pelo continente americano, como representante da Universidade de Oviedo entre 1909 e 1910 como fito de renovar os quase inexistentes laços da Espanha com suas antigas colônias e ampliar o intercâmbio docente entre sua própria universidade e as hispano-americanas (AYALA, 2006, p. 25). Esteve na Argentina, Uruguai, Chile, Peru, México, Cuba e Estados Unidos, ministrando cursos e realizando projetos e convênios. Defensor incansável da aproximação da academia com o ensino escolar, entre 1911 e 1913 envolveu-se com ações pedagógicas, especialmente vinculadas ao ensino de história, assumindo a Dirección General de Primera Enseñanza, criada pelo Ministério da Instrução Pública na Espanha. Mesmo diante da neutralidade da Espanha durante a Primeira Guerra Mundial, defendeu os Aliados como representantes do espírito democrático liberal (AYALA, 2006, p. 28), seguindo a tendência de vários intelectuais espanhóis progressistas.

Com o advento da II República, 1931, apostou no desenvolvimento de um regime democrático na Espanha, mas manteve-se preocupado com o fortalecimento do fascismo na Europa, defendendo ideias pacifistas frente a emergência de conflitos bélicos. Fato que lhe rendeu a indicação pela primeira vez ao Prêmio Nobel da Paz em 1933. Com a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), saiu do país em direção a Haia, atuando na corte como juiz internacional. Permaneceu por lá até 1940, quando a Holanda foi ocupada já na Segunda Guerra, obrigando-o a migrar para a França. Durante este período procurou não externar posições extremadas, mas esteve preocupado com os rumos da República e uma possível vitória do General Francisco Franco. Criticou o uso da violência de um lado e do outro, discordando dos procedimentos ditatoriais dos mandos franquistas e apontando a desorganização reinante na esfera republicana. Destarte, não deixou de repreender os países democráticos que não teriam apoiado a república espanhola, permitindo a ascensão do fascismo. No cenário da Segunda Guerra, seus ideais de justiça, pacifismo e liberdade se diluíram, mas serviram para que tomasse a decisão de não retornar a Espanha enquanto vigorasse no seu país o franquismo. Com dificuldades financeiras e com o auxílio de alguns colegas mexicanos, além da proteção diplomática da Argentina, seguiu a rota do exílio. Da França rumo a Lisboa, depois Nova York e, por fim, chegando ao México, onde se estabeleceu definitivamente em novembro de 1944, permanecendo por lá até a sua morte em 1951.

Dentre os vários registros presentes no Arquivo Geral da Administração, AGA, localizado em Alcalá de Henares, Espanha, destacamos a nomeação



como segundo secretário do Museu Pedagógico Nacional a partir de 1889, além de diplomas, documentos oficiais, manuscritos do Ministerio de Fomento, Dirección General de Instrucción Pública, datados de 1895<sup>3</sup>. Expediente de concurso público para a cátedra de Historia General de Derecho Español, vaga na Faculdade de Direito da Universidade de Oviedo, anexados por série de manuscritos dos exercícios verificados em função de sua candidatura (provas e atas, datadas de 27/03/1897)<sup>4</sup>. Documento da Universidade Literária de Oviedo, 12/07/1900, então com 34 anos, casado, catedrático de História Geral do Direito Espanhol, sólida carreira literária e serviços ao professorado com publicações, honrarias e distinções. Membro da Real Academia de la Historia em 1894, da Sociedade Geográfica de Lisboa em 1895 e do Instituto de Coimbra desde 1898, além de exercer o cargo de Secretário do Comitê Provincial de Monumentos Históricos e Artísticos de Oviedo desde 1898.

Encontramos um lote documental com referências a sua atuação nas universidades de Valencia, Murcia, Central, Oviedo e viagens científicas para a América.<sup>5</sup> O Reitor da Universidade Literária de Oviedo em 14/09/1909, dirigiu um comunicado ao Ministério de Instrução Pública y Belas Artes, ordenando a legalização da situação funcional de Altamira por estar ausente do território nacional, além de informar ao Ministério em 02/12/1909, que a universidade daria continuidade às suas incursões científicas na América, especialmente por um período de mais três meses na República Argentina. Consta também um Relatório de dez páginas dirigido ao Ministro da Instrução Pública y Belas Artes por este mesmo reitorado, datado de 23/03/1910, dando conta dessa Missão de Intercâmbio Profissional que desenvolveu Altamira frente aos centros docentes hispano-americanos. Resume todos os trabalhos realizados nas Repúblicas de Argentina, Uruguai, e Chile e que prosseguiram em Peru, México e Cuba, com uma breve excursão em Nova York para tomar parte de Congresso Histórico Mundial.

Em mais um registro de sua passagem pela América, condensado na Autorização do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes em 1915, Altamira viajou ao continente a convite da Associação de Historiadores Norte-americanos (American Historical Association, Califórnia), a fim de proferir conferência sobre a obra colonizadora da Espanha, devendo permanecer neste país por três meses para cumprir mais um calendário de conferências em outros centros docentes dos Estados Unidos. Outro Manuscrito, datado de 7 de setembro de 1915, escrito por ele enquanto Director General de Primeira Enseñanza, confirma de que havia regressado dos Estados Unidos da América e,





logo em seguida, lhe haviam nomeado para o tribunal de oposições (concursos) para vagas de professores de GEOGRAFIA de Escolas Normais, o qual declina do convite, dado que já iria presidir dois tribunais de concursos em outras universidades espanholas.<sup>6</sup>

Uma série de documentos relativos à autorização para participar de comemorações, encontros científicos, reuniões no Tribunal de Haia formam a maior parte deste acervo. Dentre eles, destacamos um Informe da Universidade de Paris de 27 de março de 1928, sobre a concessão do título de doutor *Honoris Causa* ao distinto historiador e uma Minuta do Ministério de Instrução Pública e Belas Artes de 15/02/1936, declarando a sua condição de aposentado do cargo de professor catedrático de História das Instituições Cíveis e Políticas de América da Faculdade de Direito da Universidade de Madri, permanecendo nesta instituição como decano honorário, dado sua alta personalidade científica e docente durante mais de 35 anos de exercício de sua cátedra, com obras destacadas e brilhantes, além de meritório trabalho em vários cargos desempenhados. Este pequeno mosaico de assuntos variados sobre a sua vida acadêmica, armazenados pelo Ministério da Educação Nacional, demonstra a sua importância dentro da Espanha e o reconhecimento internacional do seu legado, visível em extensa rede de sociabilidade que desenvolveu antes e durante o período em que esteve no estrangeiro.

No entanto, a questão crucial que permanece para o pesquisador é qual o grau de perigo que representou para o regime franquista a produção desse historiador? Ao analisarmos alguns documentos sobre ele, localizados na Biblioteca do Centro de Documentação e Memória Histórica em Salamanca, percebemos que os seus escritos se aproximavam de uma perspectiva crítica da História, estimulando a expansão do ensino para as classes populares, considerando-as de grande valor para a consolidação do regime republicano espanhol<sup>7</sup>. Neste diapasão, ressentia-se da falta de acesso aos livros destinados a classe trabalhadora, notadamente no Folheto “Lecturas para obreiros” (Indicaciones Bibliográficas y Consejos, 1904), composto de três artigos para fins de divulgação entre os trabalhadores de obras didáticas sobre a história europeia e americana. Inicia o referido Folheto, elencando o papel da Extensão Universitária nos Círculos e Ateneus obreiros de Astúrias, de onde partiu a solicitação para que se reunisse uma lista de livros baratos, elementais e selecionados para servir a formação de bibliotecas particulares. Esse desejo dos trabalhadores asturianos esbarrou no fato de que a literatura didática espanhola à época era muito pobre em bons livros, além de caros. A seguir, Altamira reuniu informações gerais sobre



bibliotecas e editoras que tiveram um enfoque maior em publicações populares nas diversas áreas do saber. Rememorou a sua experiência de cinco anos com os trabalhadores, ou seja, desde de 1898, com o início da Extensão Universitária. Diante deste fato, o historiador defendeu as formas de ensino que convinha às massas, considerando aquelas que despertavam um maior interesse, tais como: o curso breve, familiar e intensivo, baseados em leituras de obras mestras, científicas e literárias e com uma metodologia aplicada a este público. Nesta senda, demonstrou muita sensibilidade para a condição do trabalhador: “El obrero tiene poco tempo para ler, em la mayoría de los casos. Posee pocos libros, no alcanzando su presupuesto de cultura á muchos dispêndios” (ALTAMIRA, 1904, p. 18). Chegou a recomendar apenas uma ou duas horas do tempo do trabalhador, abertura das bibliotecas neste intervalo para que pudessem ter acesso aos livros, além de indicar o teor dos livros a serem lidos. Em suma, o processo formativo da classe trabalhadora passava por uma preocupação didática e política que incomodaram às forças conservadoras da Espanha ao longo da primeira metade do século XX.

Esse compromisso social, bem como suas intenções (auto)biográficas podem ser observadas através da leitura da obra comemorativa, intitulada *Altamira, Pilar (1939-), Diálogos con Rafael Altamira*, publicada em 2009 que traz um prólogo de José Luis Villacañas escrito em 1951.<sup>8</sup> Na introdução do livro, encontramos uma citação de Altamira, escrita em 1925, sobre autobiografia, biografia, ou sobre o intento de escrever suas próprias memórias:

Para mi, una Autobiografia no es el relato de una vida, sino el de las cosas que los demás hayan visto en el juego de la vida de los hombres. Lo esencial, no está en lo que uno hace, sino en lo que ven los demás. Si lo visto está bien, tiene un alto valor sugeridor y educativo. Esto es lo principal de las biografías. Yo no se sí podré escribir la mía. Cuando pueda hacerlo y colocar en ella los tesoros de mi archivo y mostrarlos a mi Pueblo, lograré con ello la mejor ofrenda para él, y si no lo escribo, ahí quedarán y a alguien servirán. No me apuro, soy optimista y tengo fe en el futuro y tengo fe en que alguien vendrá a continuar la obra iniciada, e interrumpida. Mis hijos, acaso mis nietos (ALTAMIRA apud ALTAMIRA, 2009, p. 15).

Com esta reflexão se cumpriu o desejo de Rafael Altamira para que a sua neta, Pilar Altamira, empreendesse a tarefa de reunir os seus “tesouros”. Pilar



elogia o avô com sua crença no melhor do ser humano, na possibilidade de entendimento, de sua luta pela paz, justiça social e direitos humanos para além de raças, nacionalismos, ideologias e partidos políticos. Comunica aos leitores que a intenção do texto autobiográfico foi várias vezes “iniciada e interrompida” por ele. No entanto, deixou recortes importantes que inspiraram a construção do seu texto e assim, o desejo de dar continuidade a sua obra.

No haberte conocido, una secuela más del desdichado exilio, no pudo evitar tu presencia viva en el entorno de mi niñez. Tu ausencia venía envuelta en un extraño silencio que de niña no acababa de comprender? Por qué tus libros, tus cartas, permanecían médio? Por qué estabas en el exilio? Qué quería decir eso? No obstante, desde esos cuadros colgados em la pared, desde las fotografías conblanca, com la expresión de tu cara y el fuego de tu mirada. [...]. Em la adolescência, años en los cuales todos hemos necesitado alimentarnos de héroes, admirar y crer profundamente en alguien, en esa etapa en la que mi generación se entusiasmaba con Nelson Mandela, o aplaudía a los Beatles, yo creía a ti. Lo que ignoraba entonces era que, passado el tempo, iba a surgir una convexión tan intensa contigo como la qe existe ahora. Lo certo es que siempre que leo uno de tus libros, advierto cómo tus ideas, tus pensamientos y tus opiniones me tienden la mano y caminan al passo de mi próprio afán intelectual, artístico y vital (ALTAMIRA, 2009, p. 16-17).

Não existe uma pretensão por parte de Pilar Altamira de escrever uma biografia de sua vida ou de sua obra. O objetivo foi dialogar com *Máximas e reflexiones*, livro de autoria do seu avô que marcou profundamente a sua vida. Escrito ao final da Primeira Grande Guerra, 1919, a narrativa é reveladora de um autor ferido pelos horrores da guerra e que se encontrava em Bruxelas dedicado a elaborar os Estatutos para o Tribunal de Justiça de Haia:

El contenido de este singular libro, delicado, profundo, como un pequeño diário de las esencias del alma, há llegado diretamente a la mía. En él, revelas pensamientos propiciados por tu larga experiencia, y te detienes em todas aquellas verdades eternas que requieren máxima atención, las que marcaron la dirección de tu camino. Volverías sobre ellas más de uma vez, y buena prueba de ello, es que veintitantos años después, em 1945, ya em el exilio



e seis años antes de morir, añadiste varias meditaciones más (ALTAMIRA, 2009, p. 18).

Pilar enumera todos os subtítulos acrescentados ao livro em suas novas edições, o que demonstra o apreço do historiador em atualizar constantemente suas reflexões. Os temas abordados por ela e que dividem os capítulos do livro, serviram para estabelecer um diálogo com essa obra específica, a saber: patriotismo, otimismo e pessimismo, bondade e felicidade, paisagem e natureza, americanismo, educação e ensino, pacifismo, biografia. Nos dois últimos temas, sentimos muito mais a presença da autora do livro, ao narrar suas impressões sobre o avô e marcando o tempo e o espaço do exílio como o corte abrupto dessa recordação:

En el exilio, en tus últimos años, vivías de recuerdos, sin abandonar tu trabajo, intentando que tu alma nunca se alimentara con gérmenes de odio, rencor e venganza. La Guerra Civil española y la II Guerra Mundial estuvieron a punto de hundir tus ideales pacifistas y tu fe en la Humanidad. Razones no te faltaban y no lo permitiste. Otra gran lección que he recibido de ti. En el ocaso de tu existencia, se cumplieron los objetivos de una ancianidad plena: Sabiduría, Moral y Creatividad? (ALTAMIRA, 2009, p. 141).

No capítulo “seu processo biográfico”, a autora parte do batismo de Rafael Altamira, da infância em Alicante, da adolescência e o modo como aprendeu com o pai a bondade para com os enfermos e desenvolveu sensibilidade para solidarizar-se com os problemas da classe trabalhadora, especialmente os da Fábrica de Tabacos de Alicante. Os pequenos fragmentos de sua vida levam a neta a refletir sobre o fazer biográfico a partir da psicanálise e da astrologia, preocupando-se com os fatores dessas interferências na vida do intelectual que congrega emoções, vontades, sentimentos para além de pensamentos e realizações.

### **Memórias do Exílio: livros, cartas e documentos**

O livro *Exilio político y gratitud intelectual*, publicado em 2012, reúne a correspondência entre Rafael Altamira e o seu discípulo Silvio Zavala, como parte do acervo pessoal do historiador mexicano incorporado a Biblioteca



Nacional de Antropologia e História.<sup>9</sup> As cartas são do período de 1937 a 1946 e demonstram a solidariedade do seu discípulo que apoiou o trabalho do seu mestre, asilado pela fatalidade da Guerra Civil espanhola e depois pela Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939. Zavala com o auxílio de outras pessoas foi o responsável pelo traslado de Rafael Altamira e de sua família para o México em 1945. Predominam as cartas do historiador a Silvío Zavala, por conta do cuidado do mesmo em arquivar bem mais as que recebia do que as que enviava ao seu destinatário, mas é evidente que a correspondência entre eles fora constante.<sup>10</sup> São 74 testemunhos selecionados entre os milhares de documentos que compõem o acervo. A maior parte corresponde as cartas de Rafael Altamira a Zavala (37 cartas), desta a seu mestre (12 cartas), e do mesmo Zavala a diferentes pessoas, cartas cujo conteúdo eram salvar o mestre e a sua família, trasladados ao México (9 cartas) e de diferentes pessoas a Zavala com o mesmo objeto (12 cartas). Testemunhos que pode dar uma ideia das agruras dos que se destacam na vocação e ocupação dos estudos da História.

A primeira carta data de 22/09/1937, em que Altamira solicita ao discípulo informações que carecia sobre revistas e editoras interessadas em publicar os seus trabalhos, pois, a sua biblioteca e arquivo ficara em Madri,. Outra carta de 1938, Altamira consulta Zavala sobre a possibilidade de publicação de sua obra inédita *Máximas y Reflexiones* por alguma editora mexicana, mas Zavala já o havia advertido das dificuldades de encontrar um editor, sendo que a obra só foi publicada após a sua morte em 1951. De fato, Zavala tornou-se o gestor de suas publicações na América, conseguindo enviar-lhe recursos financeiros advindos da obra *Técnica de la investigación en la historia del Derecho Indiano*, publicada em 1939 no México e que foi objeto de sucessivas cartas entre eles tratando de correções do texto, dentre outros pormenores: “El diálogo de los historiadores no cesa ni en los momentos más angustiosos. Altamira hallaba en los trabajos históricos la serenidade cada vez más necessária, a medida que avanzaba la ocupación alemana de Europa” (ALTAMIRA apud LIRA, Andrés, 2012, p. 18).

Para além das trocas intelectuais, existe nesta correspondência uma dimensão mais comovedora no que diz respeito aos apuros de Rafael Altamira e de sua família nos dias em que se seguiram a Guerra Civil em Espanha e continuada durante o pós-guerra. No dia 28/11/1944, quando ele já se encontrava no México, foi entrevistado por Progeso Vergara, redator do periódico *Excélsior*, que lhe perguntou quando e como lhe surpreendeu a guerra. Ele respondeu enfaticamente; que guerra? A da Espanha? Respondeu também que durante a guerra civil espanhola se inaugurou a crueldade da Segunda guerra Mundial,



“a qual padecemos todos nós até agora” (ALTAMIRA apud LIRA, Andrés, 2012). Portanto, a sua correspondência com Zavala é marcada pela sombra das guerras que assolaram a primeira metade do século XX, definindo o terreno pelo qual avançou e queria avançar o historiador.

A família foi sua grande preocupação durante anos e colocá-la a salvo foi ficando cada vez mais urgente. No final de 1939, Altamira escreveu a Zavala recomendando o acolhimento no México do catedrático da Universidade de Madri, Felipe Sánchez Román e de sua família, com o propósito de refazer a sua vida já que havia perdido tudo na Espanha. Em seguida, escreve outra carta para comunicar que não havia mais necessidade desta intervenção de Zavala, já que fora dada a recepção do governo mexicano ao catedrático. Neste quesito, notamos a preocupação de Altamira com os seus pares, a extensão de sua rede de sociabilidade na Espanha e no México, bem com o apreço que tinha pelo governo mexicano por auxiliar sobremaneira os exilados espanhóis. Seguindo os ditames da carta, Altamira pede a Zavala apoio também para abrigar o genro, sua filha Pilar e quatro netos no México. Diante do desastre da Guerra Civil, sua casa em Haia chegou a acolher 12 parentes, mas diante da vitória do Franco, começou a prova do exílio sem recursos e exposição a repressão dos regimes fascistas que assolaram a Europa. Diante da solicitação de emprego para o genro Justo Somonte na indústria farmacêutica, Zavala lhe respondeu em carta o seu interesse em apoiar o seu trabalho no México. Ao que tudo indica Pilar Altamira já havia se instalado satisfatoriamente na Cidade do México por volta de 1940, pois existe uma carta de 8 de agosto deste mesmo ano endereçada a Zavala, em que Pilar solicita-lhe informações sobre o livro *Máximas y reflexiones*, livro que seu pai teve especial empenho e cujo projeto editorial se frustrou. No ano seguinte, Altamira escreveu a Zavala, em carta de 8/08/1941, perguntando sobre a chegada de sua segunda filha e se já havia entrado em contato com a sua irmã. Vale lembrar que no contexto de guerra mundial, as correspondências demoravam meses para chegar aos destinatários, dificultando por demais a comunicação. Zavala lhe respondeu em carta em 01/10/1941 que a sua segunda filha estava em Nova York e que já havia telefonado para Pilar que a aguardava no México.

Apesar da preocupação com os seus pares acadêmicos e com a família, assinalamos que os assuntos históricos ocupam a maior parte do diálogo entre o mestre e o discípulo. O cuidado familiar, cada vez mais angustiante na medida em que se estendia a presença fascista, se somou o sacrifício de projetos no futuro imediato:



La agresión de Hitler a Polonia – escribía Altamira a Zavala el 2 de septiembre de 1929, justo al día siguiente del avance brutal – há cambiado totalmente las circunstancias em que se movia me vida. No sé qué podré hacer ni todavia lo que convendría hacer (Carta 28). A los ocho días: ‘La guerra cambia por completo mis planes. No porque modifique mis propósitos, sino porque elimina posibilidades de realizarlos’ (Carta 29 – escrita em Bayona, em papel timbrado do Instituto Internacional de Estudos Iberoamericanos). (ALTAMIRA apud LIRA, Andrés, 2012, p. 23).

Diante de tantas dificuldades, o historiador começou a estreitar suas relações com os Estados Unidos e o México com o fito de dar continuidade as suas investigações e romper com o isolamento imposto pela ocupação alemã nos Países Baixos. Várias cartas entre os dois historiadores e de Zavala a outros intelectuais tiveram como objeto tratar dos trâmites de sua vinda para América. Uma carta bastante angustiante de Altamira constitui um retrato dessa cruzada em que envolveu um convite da Fundação Carnegie para a Paz, localizada em Washington. De fato, com a ocupação alemã nos Países Baixos, Altamira teria que aguardar sua reintegração ao Tribunal de Haia como juiz. Outra exigência da Fundação Hispânica norte-americana para aceitar o seu pedido de asilo foi o seu desempenho como conferencista, sendo que do ponto de vista pessoal não se sentiu seguro frente ao público que dominava a língua inglesa, tampouco cabia improvisação. Caráter e retidão sempre acompanharam a sua trajetória e uma vez que a família estava salva, (duas filhas e netos no México e Rafael, o filho maior, na Espanha, em paz com o regime de Franco), Altamira viu a necessidade de sair o quanto antes e começou a pedir apoio de quem podia ajudá-lo, particularmente Zavala. Em carta sem data, mais provavelmente de maio de 1941, uma vez que a carta-resposta de Zavala é de junho do mesmo ano, dentre vários assuntos diz que foi convidado pela Fundação Carnegie para a Paz, no entanto, trâmites de visto e obstáculos para a sua saída da Europa, mesmo com as boas intenções dos norte-americanos, não foram reconhecidos, tornando impossível a sua saída:

Em esta situación, acudo a usted con el más angustioso sos. Haga todo lo que pueda, principalmente por vía norteamericana para liberarme de esta vida imposible, llena de privaciones e incomunicada con el mundo entero. Si en algo aprecian por ahí, de veras, me persona y mis trabajos, no se pueden negar a



facilitarme la saída mediante la intervención amplia y decidida. Y si ese camino se hiciese imposible, vea si hay otro viable. Se lo agradecería mucho. Lo abraza efusivamente su amigo. Rafael Altamira (ALTAMIRA, 2012, p.119-120).

Diante deste pedido tão angustiante, Zavala colocou-se em contato com vários amigos para tentar interceder por Altamira. Um dos últimos contatos foi com o historiador Ricardo Leve, pedindo a intervenção das autoridades argentinas, tendo em conta as dificuldades diplomáticas para conseguir que Rafael e sua esposa “pasaran a Portugal o bien a la zona no ocupada y poniéndole al tanto de la invitación de la Carnegie, que debía aprovecharse para asegurar el viaje. [...] México les acogería y se haría cargo de los gastos que pudieran ofrecerse”. (ZAVALA apud LIRA, Andrés, 2012, p. 135-136)<sup>11</sup>. Três meses depois, Leve respondeu positivamente a Zavala, informando que a Academia Nacional de História aprovou sua solicitação de apoio às autoridades argentinas. Assim, o próximo passo era informar ao Presidente da Fundação Carnegier pela Paz para tomar as providências de viabilização da viagem. Em carta de 18 de julho de 1942, George Finch, secretário do Professor James Thompson Shotwell, professor da universidade de Colômbia e Presidente da Fundação Carnegier, pedia informações sobre a localização de Rafael Altamira: Estava em zona ocupada? Era refugiado? Podia passar pela Espanha para chegar a Portugal? Ao que Zavala respondeu prontamente em 13 de agosto dando ciência do domicílio de Altamira em Bayona, zona ocupada pelos nazistas alemães em França, bem como da impossibilidade de comunicar-se com ele através do território de Vichy. Sobre a sua situação política disse-lhe que não era um refugiado, mas não desejava passar pela Espanha, pois não estava seguro de que as autoridades do regime respeitariam suas garantias. Zavala termina a carta destacando o isolamento e o sofrimento do casal, pelo qual carecia a intervenção das autoridades americanas para fazer possível que sua saída fosse por Portugal.

Cartas de 1941 a 1942, expuseram a rede de sociabilidade como componente solidário próprio do meio intelectual ao qual estava inserido e que mobilizaram esforços no México, Argentina e Estados Unidos para preparar a sua vinda com segurança à América. Assim, ele e sua esposa saíram em 1944 de Portugal, passando rapidamente por Espanha com a proteção da delegação argentina. Em entrevista ao redator do diário Excélsior, em 28 de novembro de 1944, agradeceu ao governo e autoridades mexicanas, aos intelectuais argentinos que gestaram o seu trânsito até Portugal, a Universidade de Columbia e ao seu





reitor e ao Instituto Carnegie que deram todas as atenções para que dessem o seu passo ao norte da América: “En los Estados Unidos – apostila don Rafael – también hay gentes que están por encima del dólar”(ALTAMIRA apud LIRA, Andrés, 2012, p. 150). Ainda, deu conta de sua situação na Europa, do desastre da guerra mundial e das vicissitudes da viagem, assim como dos projetos que lhe animavam a realizar no México, logo que cumprisse o seu compromisso com a Universidade de Columbia. Sobre a Segunda Guerra Mundial confiava de que a Inglaterra a ganharia e isso era necessário para a Humanidade:

Soy contrario a todo totalitarismo. He sido toda la vida um liberal, y esse no lo he negado jamás, ni incluso en Francia, ni al pasar por España. [...] No sé la reacción que vaya a producir la victoria aliada. Lo único que persiste en mí, es que no volveré a España mientras no sepa que um liberal puede vivir tranquilo en mi pátria, en lo que más le importa: que le preserven la libertad de su espíritu y de sus movimientos materiales (ALTAMIRA apud LIRA, Andrés, 2012, p. 150)<sup>12</sup>.

Ao final dessa entrevista, anuncia que ao terminar a guerra voltará a pedir o seu desligamento do Tribunal de Haya e que desejava nos últimos anos de sua vida dedicar-se a escrita da história. Em sua última carta ao amigo Zavala, forneceu pormenores da difícil viagem, incluindo uma parada em Lisboa e que fraturou uma perna no interior do Nyassa, barco que lhe conduziu aos Estados Unidos, sendo operado no Hospital Roosevelt de Nova York. Além das cartas, o livro reproduz o discurso de Silvio Zavala em janeiro de 1989 quando se celebrou o X aniversário de El Colegio de Michoacán, momento em que apresentou a lista de trabalhos de Rafael Altamira publicados na Revista de História da América, fundada e dirigida por ele.

Nos rastros de Altamira, mencionamos ainda documentos de natureza repressiva que confirmam as negociações em torno de seu exílio na América. Assim, através das lentes da repressão podemos averiguar a investida do Ministério da Educação Nacional em 1944, para autorizar o seu regresso a Espanha, uma vez que se encontrava na França, conforme anotações do subsecretario de Assuntos Exteriores do MEN:

[...] por parte de este Departamento no hay inconveniente alguno en que se autorice el regreso a Espanha del señor Altamira; pero convendría que la vicesecretaría del Educación Popular se



dirigiese al Ministério de la Gobernación, de cuja competência directa es este assunto. Dios guardiã a V. I. (Informe do MEN, 1944.).

O retorno fora autorizado, pois, seria de bom tom para “nuestra propaganda y política en el exterior”. Assim, no dia 16/06/1944, o vice-secretário de Educação Popular do MEN já tinha enviado um ofício ao Agregado de Imprensa em Buenos Aires solicitando sua publicação. Tais medidas foram tomadas com o intento de frear a campanha que se fazia na América de parte de “intelectuais vermelhos”, visando garantir as condições do exílio de Dom Rafael Altamira. De acordo com a descrição da Embaixada da Espanha em Buenos Aires, a campanha representava um grande perigo:

Dom Rafael Altamira es uno de los españoles exilados acosta del cual se ha hecho en América una campaña muy nociva para nosotros. Muy nociva, porque sin ser del tono estridente, violento, populachero y demagógico de los casos de García Lorca o de Companys ha sido y es una campaña muy habilmente cultivada por los intelectuais argentinos, aquellos intelectuales que en la contenda española estuvieron discretamente al lado de los rojos, y que, más tarde, en el terreno de las ideas, se han considerado más allá del bien y del mal. [...] Hace tempo gimieron las crônicas preguntándose con aflicción que era del sabio Altamira, donde estava la austera ancianidad del ilustre catedrático de Madrid, donde habia ido a parar el hombre sábio y doctoral, a quien la guerra lo había arrojado de su pátria. Aunque nose planteaba en los diários serios como *La Nación* y *La Prensa* ninguna explícita acusación a nuestro régimen de perseguir a tan inofensivo e inócuo intelectual, quedaba ésta siempre latente (Informe do MEN, 1944).

Dois recortes de jornais contém as seguintes manchetes: “Esta a salvo un ilustre historiador español – Quiere venir a Nuestra Tierra de Paz el Dr. Rafael Altamira” (consta uma foto do historiador). Jornal *La Razon*, 27/3/1944 e o jornal *La Nación* de 27/03/1944 publicou “Tras largo silencio llegó a tierra de paz el maestro Altamira”, reproduzindo a carta de Ricardo Leve, dando conta do interesse e mobilização de intelectuais e exilados espanhóis argentinos para sua vinda. Na carta, Leve cita Alcala Zamora, Pio del Rio Ortega, Juan



González Aguilar, Claudio Sánchez Albornoz, Mariano Gomez, Agusta Barcia, dentre outros intelectuais espanhóis já exilados na Argentina.<sup>13</sup> Apesar das boas intenções desses intelectuais, vale lembrar que Rafael Altamira escolheu o México para viver o seu exílio e lá permaneceu até a sua morte em 1951. Escreveu para agradecer o esforço dos professores e prometia vir a Buenos Aires, onde lhes ofereceram um piedoso asilo:

En *La Nación* de hoy hay una nueva carta de Altamira fechada en Lisboa diciendo que por ahora, espera (parece que cuenta hasta con la posibilidad de regresar a España) y, que, más adelante, escribirá diciendo si viene o nó a la Argentina. Contestación al canto de Ricardo Levene, Presidente de la Academia de la Historia [...] ao enxugar 1 lágrima de emoção que Altamira estava bem em Lisboa, lágrima compartilhada pela *La Nación*, sábio espanhol – sábio inocente, senielo, perseguido y com barba blanca (Informe do MEN, 1944).

O Tribunal Nacional de Responsabilidades Políticas também acumulou expedientes contra “el presunto responsable político RAFAEL ALTAMIRA CREVEA y recibido de la Audiencia Provincial de Madrid”. São vários documentos que integram uma espécie de dossiê sobre a sua trajetória política, entre eles uma Diligência, datada de 29/05/1944, relacionada a Audiencia Provincial de Madrid contra Rafael Altamira y Crevea como “presunto inculpado por responsabilidades políticas, compuesto de 33 folios”, encontrando-se em “fase de tramitação e ainda pendente de resolução”. O dossiê é composto também por um documento, registrado em Cartório, com o título “PODER”, em que confere ao DON JULIAN ZAPATA DIAZ, o poder de representá-lo junto ao referido Tribunal de Responsabilidades Políticas, uma vez que se encontrava exilado no México. Ainda, consta um AUTO de 30 de Janeiro de 1945, que tendo em vista as Leis de 9 de Fevereiro de 1939 e 19 de Fevereiro de 1942, se decreta “el SOBRESEIMIENTO de este expediente y archivo sin declaración de sanción de responsabilid política de Rafael Altamira Crevea, que atualmente se encontra em BAYONA. Acordando recobre el mismo la libre disposición de sus bienes si se le hubieran embargado”<sup>14</sup>. Neste ínterim, é preciso relembrar o período em que ficou exilado na França como professor na Universidade de Bayona até o exílio definitivo em México.<sup>15</sup>

A bem dizer, os seus passos no exterior, precisamente o exílio mexicano,



foram vigiados de perto e ponderações sobre sua possível volta e aceitação pelo regime estiveram documentados pelo Ministério da Educação Nacional. Assim, a ditadura franquista oscilava entre condenações e liberações relativas à sua própria vida e de familiares, para além de sua extensa produção intelectual submetida ao crivo da censura e de forma mais extensiva à repressão política-cultural de instituições e pares acadêmicos a ele vinculados.

### **Censura aos livros de Rafael Altamira**

O historiador sempre esteve na mira do regime fascista que oscilava entre punições e afrouxamentos como é notório quando analisamos parte de sua produção submetida ao aparato censório. A começar pela proibição da obra *Proceso histórico de la historiografía humana*, editada pelo Fundo de Cultura Econômica do México, 249 páginas. Em resposta a solicitação da referida editora de Barcelona para a sua importação em 1948, a obra foi suspensa em 1949 e existe um outro documento de 1950 mantendo a suspensão. Formulário padrão informa que a obra ofende o Regime e suas instituições: “Es censurable, Su autor es un catedrático de la Universidad de Madrid exilado; aparte tiene las anotaciones de lapéz págs 134 ey 135 que representan argumento para prohibir la obra. Madrid, 21/1/1949”<sup>16</sup>. Convém lembrar que o órgão não arquivou o exemplar da obra, como nos outros casos, o que nos faz supor que a mesma tenha sido eliminada após o parecer conclusivo.

Destaca-se mais um expediente de Rafael Altamira y Crevea correspondente a análise da obra literária *Manual de la investigación de la Historia del derecho indiano*. Os técnicos da censura analisaram a solicitação de importação da obra de Altamira pela Editora y Distribuidora Hispano-Americana, S.A. de acordo com um formulário padrão que servia de guia para liberação ou proibição: “Ataca o Dogma? A Igreja? Os Ministros? A moral? O Regime e suas instituições? As pessoas que colaboram ou tem colaborado com o Regime?” Após nada constar nas páginas do livro, temos a resolução: “Autorización de su importación” em 18/12/1951<sup>17</sup>

A censura parcial foi aplicada também ao *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas*, Fundo de Cultura Econômica, México, 1951, resultando no parecer negativo a solicitação feita pela Editora y Distribuidora Hispano-Americana, S.A: “La obra que es utilísima para juristas e historiadores del Derecho indiano sobre todo, puede ser autorizada, pero com suspesión total de lo señalado en la nota de la Pag. XI (Prológo), 9 de março de 1952”<sup>18</sup>. Ou seja,



após este parecer suspendeu-se sua importação e venda em 25/3/1952, além de ser determinada ao Delegado Provincial del M. de Información y Turismo de Barcelona investigar todos os exemplares para que se comprovem se circularam ou tem circulado. Vejamos o que consta de tão perigoso na nota 3 da página XI do livro de Rafael Altamira:

Esta 16ª. Edición estaba terminada de imprimir el 1º. de julio de 1936, pocos días antes de los acontecimientos que tras más de dos años de sangrenta lucha, dieron al traste con el régimen democrático español. Triunfantes los rebeldes, no tuvieron empacho en suprimir la portada original (de 1936), la introducción y la acostumbrada lista de académicos y darle una nueva portada (de 1939) y una *advertência*, insultante, para los que representaron el poder legítimo(ALTAMIRA,1951, p. XI).

Com relação a outra obra, *Manual de Historia de España*, encontramos a solicitação do seu editor, Manuel Aguilar Muñoz, ao Serviço de Censura para que autorizasse a publicação e venda da obra de Rafael Altamira de 629 páginas com tiragem prevista de 6 mil exemplares. Ao final do ofício da Editora, registramos “Por Dios, por España y por su Revolución Nacional- Sindicalista. Madrid, 18/10/1939. Año de la Victoria. RESOLUÇÃO: Anulada”<sup>19</sup>. No entanto, em outro documento consta a resposta do Serviço de Censura que aprovou o valor literário e documental da obra, considerado “bom” e dematiz político de “tendências liberais”, sendo o seu autor partidário de assuntos determinados. Assim foi autorizada com “TACHADURAS” ou apagamentos, devendo perscrutar uma nova redação: “se deja llevar el autor de sus ideas, y esto en una obra didáctica puede ser prejudicial para los espiirctos no formados. Madri, 21/10/1940”.<sup>20</sup> Em suma, o livro é bem escrito e documentado, contudo, em determinados trechos, o autor se deixa levar pelos seus ideais e isto em uma obra didática pode ser “PREJUDICIAL”.

Entre proibições, censura parcial e autorizações, caminharam os pareceres emitidos pelo órgão. O livro intitulado *Ensaio sobre Felipe II Hombre de Estado*, su psicología general y su individualidade humana, publicado pelo Instituto de Historia do México em 1950, recebeu parecer favorável de acordo com o formulário padrão: “Analiza el Autor la figura del Rey Felipe II, Como hombre de Estado, su individualidade y psicología, así como la influencia de su padre Carlos I em su personalidad regia. Se puede autorizar, 30/12/1958”.<sup>21</sup>



Ademais, temos a obra mais livremente literária de Rafael Altamira sob o crivo da censura. Trata-se de *Cartas Hombres*, cujo expediente emitido em 4/02/1945, autorizou a sua publicação e venda sem nenhum impedimento ou apagamentos de parágrafos. Assim, atendeu à solicitação da LIBRERIA CIENTIFICO MEDIA com o seguinte parecer conclusivo: “O livro reúne 50 cartas de amor, problemas de juventude e experiências de viagens, sem nada censurável”<sup>22</sup>. Obra de caráter literário, no formato de cartas ficcionais, de 1927-1941. As cartas são precedidas de uma explicação preliminar de Rafael Altamira que afirma que o livro é resultado de sua experiência de vida, correspondendo a uma realidade sucedida interna e externamente. Diz que deu forma literária a esta realidade, acrescida de uma interpretação novelesca e semi-teatral:

De aqui pués resulta que este libro no es ni puede ser, com referencia al autor, una invención puramente imaginativa: y menos aun, como antes dije, um alegato doctrinal próprio. [...] Por conseguinte, este livro não é e não pode ser, com referência ao autor, uma invenção puramente imaginativa: e menos ainda, como eu disse antes, uma reivindicação doutrinária própria (ALTAMIRA, 1944, p. 9).

O teor das cartas, escritas na primeira pessoa do singular, encontra-se no limiar entre a liberdade literária e o desabafo pessoal. O título do livro é algo inexato, remete apenas a documentos de psicologia masculina, somente de uma classe social, aquele a que pertence e que conhece. Dirige-se aos homens de sua geração, que em parte é já passado, nem sempre compreensível para os homens do presente. No entanto, seus problemas intelectuais e sentimentais, suas mais nobres preocupações e seus defeitos, pertencem em grande medida a o que há de eterno na natureza humana. (ALTAMIRA, 1944, p. 11). Após tais considerações, adverte ao leitor que as Cartas são inéditas, salvo cinco delas publicadas anteriormente em revistas e jornais. (ALTAMIRA, 1944, p. 14).

Contudo, nem sempre a censura o alcançou. Em 1937 escreveu um artigo na Revista “Pan”, intitulado “*Posibilidades de Escribir la Historia Contemporanea*” com preocupações mais teóricas<sup>23</sup>. Entre as dificuldades de se escrever a história mais recente enumera: impossibilidade do historiador ser imparcial; carência de boa documentação porque “haya muchos intereses que ocultan la suya e desfiguran los testimonios”; perigo e, portanto, proibição de divulgar fatos que comprometem personagens “aún vivos y, a veces, también



a la paz interna o externa”, dependendo da valentia do editor e de outras condições (ALTAMIRA, 1935, p. 20).

O trânsito de suas publicações em várias partes do mundo pôde ser averiguado a partir de uma rica correspondência trocada entre instituições e parceiros intelectuais, intensificadas ao longo de sua vida. Encontramos correspondências trocadas entre a presidência do Instituto de Derecho Comparado Hispano-Portugues-Americano, cargo exercido por Rafael Altamira, com o Ministro de Instuccion Publica y Bellas Artes a respeito de doação de livros. Trata-se de três exemplares da obra “*Anuario Legislativo Hispano Portugues Americano*”, segundo ano, 1928, Primer Cuaderno, editada e publicada pela dita Corporacion, “a fin de que sea sometida a examen y consideracion de la Junta de Publicaciones y remitir posteriormente los restantes hasta el completo de cincuenta ejemplares”<sup>24</sup>. Outro exemplo do vigor dessas correspondências, é a carta com o envio de três exemplares da obra *La Sociedad de las Naciones y el Tribunal Permanente de Justicia Internacional*: a fim de que seja submetida ao exame e consideração da Junta de Publicações para o envio posterior dos exemplares restantes..<sup>25</sup>

Em suma, assinalamos seis obras de Altamira que estiveram sob o crivo do aparato censório com base em critérios bastante arbitrários. Demonstramos que o *Manual de História de Espanha*, examinada entre os anos de 1939-1940, fora autorizada com “tachaduras”. *Cartas Hombres* autorizada em 1945 não sofreu nenhum corte editorial. Em contrapartida, no ano de 1948, temos duas obras censuradas, a saber: *Proceso histórico de la historiografía humana*, denegada e o *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas*, que além da censura se solicitou o sequestro de edições que poderia estar em circulação. *Manual de la inversión de la Historia del derecho indiano* fora autorizada em 1948. O livro intitulado *Ensayo sobre Felipe II Hombre de Estado, su psicología general ey su individualidade*, que havia sido publicado pelo Instituto de História do México em 1950 recebeu parecer favorável em 1958. Com isso, demonstramos que mesmo após a sua morte em 1951, os seus livros continuavam sendo analisados pelo regime e o aparato censório operou no processo pelo qual o conhecimento histórico foi produzido e transmitido.

### **Interpretações historiográficas e homenagens póstumas**

Um livro reúne comunicações expostas e debatidas durante o Simpósio que se realizou em Alicante, durante os dias 24 a 27 de fevereiro de 1987



em torno da figura e da obra do historiador e teve como título *Estudios sobre Rafael Altamira*.<sup>26</sup> Nele, especialistas de diversos campos do saber analisaram a trajetória científica e de vida do prestigioso jurista e historiador espanhol, construindo verdadeiras sínteses historiográficas. O Instituto de Estudos “Juan Gil-Albert”, Fundação Pública de Alicante, patrocinou também uma Exposição relativa a obra e a vida de Rafael Altamira que se apresentou ao público da cidade no mês de fevereiro de 1987 e depois, chegou a Oviedo e a Cidade do México. Em 1988, a Exposição esteve prevista para Madri e Valencia. Dentro do marco das homenagens firmadas entre esta instituição e a Fundação Rafael Altamira, houve um Simpósio que teve lugar em Alicante e no qual resultou a referida publicação.

A Introdução do livro escrita por Armando Alberola Romá, editor da obra, Alicante, novembro de 1987, nos forneceu dados de sua trajetória de vida e de obras mais significativas. Destacamos algumas passagens que dizem respeito mais ao seu relacionamento com a América, posições políticas assumidas durante a sua vida, a História como ofício preferencial, embora tenha atuado também como jurista de reconhecimento internacional. Ensino de história, extensão universitária, mais sobretudo a defesa do pacifismo e da democracia, cujos temas aproximam Altamira do perfil do intelectual e homem ético indicado para o Nobel da Paz em 1933 e 1951. A conversão de Altamira ao americanismo ocorreu em sua primeira viagem a América, entre junho de 1909 e março de 1910, como representante da Universidade de Oviedo com objetivo de renovar os contatos culturais poucos existentes entre Espanha e América, precarizados desde a independência das antigas colônias. A repercussão dessa viagem foi bastante positiva, em que se transbordou o seu entusiasmo popular pelo continente.

Outro esclarecimento importante nesta Introdução é de que Altamira nunca chegou a concretizar a escrita de suas Memórias, em que pese o seu desejo, elaborando numerosas notas manuscritas, conforme papéis inéditos conservados no Fundo Altamira de México e Alicante, onde se encontra várias anotações em que evidencia o seu desencanto como representante político e homem público. Aqui, recordamos que Altamira a partir de 1916 ingressou na vida pública quando a Universidade de Valencia o designou representante do Senado, eleição que se repetiu nos anos de 1919 e 1923. Apesar de suas atividades se concentraram mais em atuações técnicas com assuntos relacionados ao ensino, a experiência resultou-lhe bem pouco gratificante. O seu prestígio internacional se consolidou no período entreguerras e a grande preocupação





científica de Altamira foi a História. Suas obras foram reeditadas várias vezes em Espanha e traduzida em vários países, consolidando o seu nome como grande historiador das Civilizações e do Direito. Manteve contatos importantes com historiadores franceses, a exemplo do historiador francês marxista, Pierre Villar, que escreveu o último capítulo do livro, sob o título “Hommage à Rafael Altamira. Quelques mots de Pierre Vilar”, publicado originalmente em francês.

Neste universo de homenagens por parte de historiadores marxistas espanhóis e estrangeiros, destacamos o penúltimo capítulo do livro de autoria Josep Fontana, “*El Concepto de Historia y de Enseñanza de la Historia de Rafael Altamira*”, asseverando que a preocupação com o método e a teoria sempre foram constantes na obra de Altamira desde *Ensayo de una introducción a la historia de la Humanidad*, discurso proferido em 1922 na Real Academia de la Historia, até seus últimos livros escritos no exílio mexicano. *La enseñanza de la Historia*, 1891, e reeditado como novos matérias em 1895. Em *Cuestiones modernas de historia*, 1904 e reeditada em 1935, encontramos um capítulo dedicado a analisar o materialismo histórico (ALTAMIRA, 1935, pp.115-123). No dizer de Fontana:

[...] y que es lo más sensato que hasta entonces, y aún después, se haya escrito em este país[...], es consciente de que el conjunto de métodos analíticos consagrados por el historicismo es insuficiente para las necesidades de um investigador del siglo XX y desea una mayor aproximación a la ciência de su tempo (FONTANA,1987, p. 418).

*Técnica de investigación em la historia del derecho indiano*, 1938, corrigida e ampliada em 1948 como título de *Manual de investigación de la historia del drecho indicano*, e, por último, *Proceso histórico de la historiografía humana*, México, 1948, somam o conjunto de livros que se complementam e continuam a desafiar o pensamento de Altamira a respeito da história e do ensino de história. O ponto de partida de sua reflexão fora a baixíssima qualidade do ensino da história que a esterilizava e a convertia em um conhecimento pouco útil:

Frente a este enseñanza passiva Altamira reivindica outra fundamentalmente activa y crítica, construída a partir de las fuentes y no de las interpretaciones livrescas. Um tipo de enseñanza que le parece indispensable em la Universidad, pero que em uma u outra forma puede extenderse también al Instituto



y a la escuela. (FONTANA, 1987, p. 417).

Fontana elege duas grandes preocupações metodológicas de Altamira, a primeira se refere ao problema da síntese histórica e a outra a aproximação da história com outras ciências. Não as resolve, mas reflete sobre elas delegando aos futuros historiadores essa tarefa de continuação, o que para Fontana é próprio do mestre, que também como ele, experimentou pessoalmente sua relação com Jaime Vicéns Vives e Pierre Vilar. Altamira reflete sobre a dificuldade de alcançar esta síntese histórica, “narración íntegra y orgânica de los hechos de los españoles a través de los siglos”. (FONTANA, 1987, p.420). Ou seja, aquilo que o mestre Pierre Vilar designou de “História Total”, que não é outra coisa senão as quatro séries separadas dos quatro segmentos (político, econômico, social e cultural) de histórias diversas que nos ofereceu em sua obra *História da Espanha e da Civilização Espanhola*. Mas a inquietude metodológica persiste em sua obra: Como se constrói esses quadros de conjunto? No livro *Introdução a Nova História da Civilização*, escrito já no final de sua vida, Altamira consciente de que a mera justaposição de segmentos distintos da atividade humana que havia praticado em sua velha História da Espanha não era uma solução satisfatória, fornece-nos outras reflexões no caminho de encontrar a história totalizante, no dizer dele próprio:

Me parece evidente que no bastan las antiguas divisiones empleadas em los textos de 1926 a 1935 de mi Historia[...] sino que hay que completarlas y, siempre que sea posible, que enfocarlas y analizarlas desde el punto de vista de la ideas y problemas teóricos y prácticos de cada época y de sus respectivas evoluciones que, a veces, influyen en actividades aparentemente lejanas y heterogéneas, pero cuyo sentido y razón histórica se perciben mejor a la luz de esos orígenes. Tales problemas e ideas las conoceremos a veces por documentación verbal o monumental relativa a la especie que tratamos de exponer (v.g., la política, la artística, la económica) y, por lo tanto, a través de los actos, de las manifestaciones plásticas y de las teorías que específicamente les corresponden; y otras veces, em esferas distintas dela especialidad en cuestión (ALTAMIRA apud FONTANA, 1987, p 422).

Para Fontana, Altamira não foi apenas o grande autor de uma obra do passado considerada objeto de estudo na história da historiografia, mas foi o mestre



que viveu integrado as correntes mais avançadas da ciência de seu tempo: “demasiado a la hora para um mundo académico como el español que tenía, y sigue teniendo, el reloj muy atrasado”. (FONTANA, 1987 p. 422-423). Com isso, os textos finais de Altamira, escritos em 1948, parece a Fontana mais avançados dos que os muitos produzidos por pretendidos mestres que ingressaram nas universidades espanholas e na Academia da História. Em suma, um mestre que, sem as circunstâncias da guerra e das décadas de obscurantismo que seguiram a ela, lhes houvessem ajudado a refazer o caminho; elevando a historiografia espanhola a um nível de qualidade científica e de utilidade social, que ainda estar por alcançar.

Ainda, como parte desta coletânea, temos, “*Rafael Altamira em su tempo: El marco cultural*”, capítulo de Manuel Tuñón Lara, fixado no fato de que suas ideias foram compartilhadas por uma geração de espanhóis, cuja prática marcada por racionalismo, secularização e liberdade de cátedra, de textos, de investigação científica. O primado da educação como base para transformar o país, além do liberalismo democrático-político e reformismo social. Dentro deste processo regenerador, Altamira se dedicou e zelou pela extensão universitária, ou seja, a crença na aproximação das universidades com as classes trabalhadoras. Neste sentido, o seu conceito de história não é elitista: “es una historia que se alza frente a la rutina de la historia episódica y busca sus protagonistas fuera las listas de reyes, generales y diplomáticos” (LARA, 1987, p. 24).

Mariano Peset no capítulo, “*Rafael Altamira en Mexico: El final de un historiador*”, alerta de que ele não foi um “puro historiador do Direito”, exerceu outras facetas como político e juiz internacional, literato e pedagogo. Concentra-se em analisar a última fase de sua vida, quando da sua jubilação em 1936 e os exílios em Bayonae México. Entende que a obra de Altamira destes anos, tem algumas deficiências que são próprias dos historiadores do direito de sua geração, bem como das circunstâncias difíceis do exílio que lhe causou falta de livros e documentos: “Otro elemento que pesa en demasia en sus trabajos es un psicologismo interpretativo que explica poco” (PESET, 1987, p. 270).

De modo mais crítico e concentrando-se nos escritos de Altamira como historiador do direito, Peset não hesita em colocá-lo dentro de uma tradição positivista, e parece lamentar que ele viveu muito pouco a renovação historiográfica francesa do seu tempo. Algo que difere da interpretação de Joseph Fontana. Cita a obra *Proceso histórico de la historiografía humana*, publicada em 1947 por Altamira com o interesse em abordar sua concepção de história, quando envereda por analisar a história do presente. E mais uma vez



pontua que a sua preocupação com as relações internacionais, com a questão filosófica se a história é ou não ciência, os exercícios metodológicos e técnicas de análise de documentação não o aproximam da historiografia renovada de matriz francesa

Desde aghora adelante que Altamira se mueve por enterro en los limites de la historia institucional o de la civilización, sim percibir nuevos aires que han empezado em la Francia de los años treinta. El repertorio de sus problemas no son coetâneos, sino proceden de uma formación anterior (PESET. 1987, p. 262-263).

Em mais um capítulo da coletânea “*Altamira en Mexico (1945-1951), (recuerdos de um discípulo)*”, Javier Malagon Barcelo apresenta um relato mais cotidiano de sua vivência dentro da casa em que residia Altamira e sua esposa no México. O bairro era habitado por refugiados espanhóis, especialmente professores universitários que foram a comunidade profissional mais perseguida pelas forças franquistas sendo vários os catedráticos executados e encarcerados. Rafael Altamira e vários dos professores que estavam foram da Espanha criaram a Unión de Profesores Españoles Universitarios em el Extranjero (UPEUE). Se evitou a palavra exílio, pois o projeto era que ela incorporasse também os diversos professores que residiam fora da Espanha. Com a sede transferida para o México, Rafael Altamira foi eleito o seu presidente em 1945 e como parte da Direção, novos reitores e vice-reitores de distintas universidades: Giral, Gaos y Cabrera (Madri), Pere Bosch Gimpera (Barcelona), Puche (Valencia), Otero (Granada), Ruiz Funes (Murcia); como delegado da Argentina, o importante historiador espanhol, também exilado, Claudio Sánchez Albornoz.

Don Rafael fue elegido por unanimidade por más de trescientos miembros que eran parte de la Unión (no se olvide que de um escalafón de Catedráticos de alrededor de 600 aproximadamente, la tercera parte o más se exilió hay que añadir los profesores auxiliares y los ayudantes (BARCELO, 1987, p.219).

“*Rafael Altamira y La Sociedad Internacional de su Tiempo*”, capítulo escrito por Roberto Mesa elege cinco características principais que devem orientar futuros estudos sobre Rafael Altamira no cenário internacional. Primeiro, entendê-lo como um homem internacionalista de várias facetas, defensor de uma visão organicista da Sociedade Internacional. Segundo, mantenedor de uma



dimensão e de uma projeção polivalente da Espanha no cenário internacional e impulsor de uma Espanha presente na Europa e na América, caracterizada por seu pertencimento a um círculo cultural específico. Terceiro, zelador atento de uma política “exquisita” no tratamento das nacionalidades e da questão nuclear no momento revisionista das características desaforadas do Estado. Quarto, defensor fervoroso da prática respeitosa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Quinto, e por último, partidário consciente e acérrimo da democratização da política exterior, sobre a base de uma maior participação das opiniões públicas nacionais. (MESA, 1987, p. 35) “*La dimension pacifista de Rafael Altamira*”, escrito por Carlos Forcadell Alvarez, segue este rastro de analisar sua projeção no cenário internacional a partir da defesa do pacifismo.

“*Educación y cambio social em el pensamiento y la obra de Altamira*”, por Irene Palacios, finaliza o livro com os pilares de sua atuação na área educacional. O otimismo regeneracionista, seria a crença de sua geração na educação como elevação do patriotismo progressista, sendo a escola um lugar de transformação. Esse ideário foi posto em prática por Altamira quando assumiu o cargo da Direção Geral da Primeira Ensino durante três anos, com forte atenção a educação primária. Durante a extensão universitária, a defesa da educação popular e trabalhadora dominou suas preocupações sociais. Por último, a autora aborda a virtualidade educativa da História por Altamira que passou a reivindicar esse campo como preponderante entre os conhecimentos fundamentais da vida (PALACIOS, 1987, p. 244).

Em suma, além da Introdução e do prólogo escrito por Pierre Villar, o livro comemorativo de 1987, reuniu sete textos de reconhecidos estudiosos da obra e vida de Rafael Altamira, variando abordagens quanto a presença e influência da historiografia francesa e americana em sua formação e produção intelectual. Os exílios em França e México marcaram para sempre o seu itinerário de intelectual e opositor do regime franquista.

### **Considerações Finais**

A partir dos documentos coletados no Arquivo Geral da Administração, localizado em Alcalá de Henares e na Biblioteca do Centro de Documentação de Memória Histórica, CDMH, localizada no Archivo General de La Guerra Civil Española em Salamanca, podemos afirmar que essa leva de historiadores formados no exílio de perspectiva republicana, liberal ou socialista



impulsionaram uma historiografia de cunho mais crítico que penetraram no território espanhol de forma clandestina. Em apreço à verdade e ao dever de lembrar do historiador, vários deles tiveram os seus livros proibidos pelos Serviços de Orientação Bibliográfica que voltaram a circular nas décadas finais do regime franquista, constituindo uma “renovação *clandestina* de la historiografia española” (PEIRÓ MARTÍN; ALZURIA, 2002. p. 27).

Também foram responsáveis pela recepção e formação de jovens investigadores no estrangeiro que ao retornarem ao país, renovaram o ensino e a produção do conhecimento histórico. Essa vinculação dos novos professores e alunos com os historiadores e homens do exílio, conformaram uma efervescente cultura antifranquista. Assim, basta encontrar a palavra antifranquismo para compreendermos que os caminhos dos historiadores espanhóis seguiram fendas diferentes. O compromisso político de oposição ao regime comprometeu em parte uma imaginária representação bipolar da historiografia espanhola contemporânea, dividida entre vencidos versus vencedores, representativa de batalha de memórias que caracterizaram os anos finais do regime e o início da transição, provocando visões polêmicas sobre o passado.

O tema da depuração política e ideológica das universidades espanholas é recorrente em vários artigos e fundamenta a nossa investigação sobre professores perseguidos no campo da História. Homens e mulheres que ocuparam dentro e fora de suas instituições lugares de prestígio, notadamente os que foram obrigados a migrar para o estrangeiro, seja por pressões internas e externas dos seus pares ou, simplesmente, enquadrados como opositores e anti-espanhóis. A concepção do regime de Franco dos intelectuais como “inimigos da nação”, formulação presente em vários regimes autoritários e totalitários na primeira metade do século XX, tornou-se realidade através de publicações alarmantes sobre o perigo representado por eles. Até 1936, verifica-se edições de livros claramente contrários aos intelectuais e ao pensamento crítico, como por exemplo, SUÑER ORDÓÑEZ, E., *Los intelectuales y la tragedia española*. Burgos, Editorial Española, 1937; y EGUÍA RUIZ, C., *Los causantes de la tragedia hispana. Un gran crimen de los intelectuales españoles*. Buenos Aires, Difusión, 1938. Esse pensamento anti-ciência e anti-humano atingiram em cheio os intelectuais progressistas, comprometidos que estavam com o livre exercício de suas cátedras, especialmente o historiador e jurista Rafael Altamira, símbolo de força e altivez dos que resistiram à sua maneira a opressão ditatorial do seu tempo.



## Referências

ABELLÁN, Manuel. Censura como Historia. *Bulletin d'histoire contemporaine de l'Espagne*, Provence, n. 11/12, p. 26-33, 2003.

ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D.L., 1987.

ALTAMIRA, Pilar. *Diálogos con Rafael Altamira*. Murcia: Universidad de Murcia; Oviedo: Universidad de Oviedo, 2009. 213 p.

ALTAMIRA, Rafael. Posibilidades de Escribir la Historia Contemporanea. *Revista Pan*, Ananindeua, n. 135, p. 20-21, nov. 1937.

ALTAMIRA, Rafael. *Cartas de hombres*. Barcelona: Livraria Luso-espanhola, 1944.

ALTAMIRA, Rafael. *Cuestiones modernas de historia*. 2. ed. Madrid:Aguilar, 1935.

ALTAMIRA, Rafael. *Diccionario castellano de palabras jurídicas y técnicas*. México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1951.

ALTAMIRA, Rafael. *Lecturas para obreiros*. Madrid: Centro documental de la memória histórica, 1904. Folheto - F-3184. Archivo General de La Guerra Civil Espanhola.

ALTED VIGIL, Alicia. *Política del nuevo estado sobre el patrimonio cultural y la educación durante la Guerra Civil Española*. Madrid: Centro Nacional de Información Artística, Arqueológica y Etnológica, 1984.

ARGENTINA. [Embaixada da Espanha]. *Ofício escrito pelo Agregado de Prensa da Embaixada da Espanha em Buenos Aires, dirigido ao vice-secretario de Educação Popular do MEN*. Buenos Aires: Embaixada da Espanha, 27 mar. 1944.

AYLA, Maria de los Ángeles. *Cartas Inéditas de Rafael Altamira a Domingo Amunátegui Solar*. Prólogo de Eva Maria Valero Juan. Santiago: El Archivo del Escritor : Biblioteca Nacional do Chile, 2006. (Cuadernos de América, 14).

BARCELO, Javier Malagon "Altamira en Mexico (1945-1951), (recuerdos de um discípulo)" In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

BLAS, José Andrés de. La censura de libros durante la guerra civil española. In: RUIZ Eduardo Bautista (coord.). *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Gijón: Ediciones Trea, 2008. p. 19-44.



CARDOSO, Lucileide Costa. Universidades e depurações do corpo docente espanhol durante a Guerra Civil e o Primeiro Franquismo. In: ZANCHETT, Silvana Aparecida da Silva et al. *Trilhando caminhos, tecendo redes: história, linguagens e outras possibilidades interdisciplinares*. Goiânia: Editora da UFG, 2021. *E-book*. No prelo. p. 17-37.

CHULIÁ, Elisa Rodrigo. *La evolución silenciosa de las dictaduras: el régimen de Franco ante la prensa y el periodismo*. Madrid: Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, 1997.

CRUZ, Rafael. Olor a pólvora y pátria: la limpieza política rebelde en el inicio de la guerra de 1936. *Hispania Nova*, Madrid, n. 7, p. 6, 2007.

ESPAÑA. Ministério da Educação Nacional. *Ofício do Subsecretário do MEN de Educação Popular*. Madrid: MEN, 27 jun. 1944.

FONTANA, Joseph. El concepto de historia y de enseñanza de la historia de Rafael Altamira. In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. Sobre el concepto de represión. *Hispania Nova*, Madrid, n. 6, p. 6, 2006.

GRECCO, Gabriela de Lima. *Literary censorship in Francisco Franco's Spain and Getulio Vargas' Brazil, 1936-1945*. East Sussex: Burning Books: Awarding Writers: Sussex Academic Press, 2020.

LARA, Manuel Tuñon "Rafael Altamira em su tempo: El marco cultural" In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

LIRA, Andrés (Org.). *Exilio político y gratitud intelectual: Rafael Altamira em el archivo de Silvio Zavala (1937-1946)*. México: D. F. El Colégio de México, 2012. Edición y estudio preliminar de Andrés Lira. (Colección Testimonios).

MESA, Roberto. "Rafael Altamira y La Sociedad Internacional de su Tiempo" In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

PALACIOS, Irene "Educação y cambio social em el pensamiento y la obra de Altamira" In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

PEIRÓ MARTÍN, Ignacio; ALZURIA, Gonzalo Pasamar. *Dicionário Akal de*





*historiadores espanhòles contemporáneos (1840-1980)*. Madrid: Akal edições, 2002.

PESET, Mariano, “*Rafael Altamira en Mexico: El final de un historiador*” In: ALBEROLA, Armando (ed.). *Estudios sobre Rafael Altamira*. Alicante: D. L., 1987.

PESET, Mariano. Três historiadores em el exilio: Rafael Altamira, José María Ots Capdequí y Claudio Sánchez Albonoz. In: DELGADO, J. L. García (ed.). *El primer franquismo: España durante la segunda guerra mundial*, Madrid, Siglo XXI. 1989.

ROJAS CLAROS, Francisco. *Dirigismo cultural y disidencia editorial en España (1962-1973)*. 2012. Tesis (Doctoral) - Universitat d’Alacant, Alacant, 2012.

TARÒN, Margarita Ibáñez. *Profesores franquistas, antifranquistas y en la “zona gris”*: la guerra ideológica que vivieron los profesores de Segunda Enseñanza en el País Valenciano (1936-1950). 2017. Tese (Doutorado) - Universidade de Valencia, Valencia, 2017.

#### Notas

<sup>1</sup>Profa. Associada IV do Departamento e do PPGH/UFBA. Professor Visitante Sênior da Universidade Autônoma de Madri, Programa CAPES/PRINT, Processo 88887.470137/2019-00, mar./20-fev./21. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5080-3387>.

<sup>2</sup>O contexto mais amplo de perseguições ao corpo docente universitário durante o franquismo constitui objeto de análise em artigo também de minha autoria, no prelo: Cardoso (2021 no prelo).

<sup>3</sup>A.G.A. Educación - Caixa 31/17080 - Legajo n. 1662-3.

<sup>4</sup>IDD(05)019.001, sig. Caja 32/07307, legajo 5345-8.

<sup>5</sup>Caixa 32/16139 – Expediente completo de Rafael Altamira Crevea.

<sup>6</sup>A.G.A. Caixa 31/15231, Legajo n.49. Exp. n. 2-41.

<sup>7</sup>Altamira (1904).

<sup>8</sup>BNE-12/697816: Altamira(2009).

<sup>9</sup>BNE - 12/946175: Exilio político y gratitud intelectual: Rafael Altamira en el archivo de Silvio Zavala (1937-1946). (ALTAMIRA, 2012).

<sup>10</sup>Zavala chegou em Madri em 1931, como bolsista do governo espanhol para terminar os estudos de direito, obtendo o grau de licenciado em 1932 pela Universidade Central de Madri, sendo ali que começou sua forte relação intelectual com Altamira. Finalizou o seu doutorado em 1933 e desempenhou o papel de investigador na seção americanista do Centro de Estudos Históricos de Madri, onde permaneceu até os inícios da Guerra Civil em 1936. A partir de 1937 foi secretário do Museu Nacional do México, fundando a Revista de História de América, a qual publicou vários textos de Altamira, especialmente quando este ocupou o cargo de Juiz Permanente da Justiça Internacional em Haia até o ano de 1940, quando foi o Tribunal foi destruído pela ocupação nazi na Holanda.



<sup>11</sup>Carta 56, México.

<sup>12</sup>Entrevista ao diário Excélsior.

<sup>13</sup>Sobre o exílio cultural espanhol nas Américas, temos uma ampla bibliografia a consultar, bem como realizamos uma pesquisa específica sobre os historiadores perseguidos e exilados durante a ditadura de Franco a exemplo do estudo da trajetória de Claudio Sánchez Albornoz e de vários outros intelectuais. Tais dados serão analisado em publicações futuras sobre o fenômeno que intitulamos provisoriamente como “Os transterrados”: Historiadores espanhóis exilados no Franquismo.

<sup>14</sup>SALAMANCA. Arquivo Municipal de La Provincia. Rafael Altamira. Salamanca: AMPS, 1945. Fundo: Tribunal Nacional de Responsabilidades Políticas. Assinatura: 75/00661. Expediente número 1850. 1ª Divisão do Fundo: Câmara de Julgamento. Fundo Delegação Nacional de Serviços de Documentação. Série: Ficha geral da seção político-social.

<sup>15</sup>Sobre o período do exílio na França encontramos poucas referências nos documentos do A.G.A e no Arquivo municipal de Salamanca e na bibliografia existente sobre ele.

<sup>16</sup>A.G.A. Ministerio de Educacion Nacional, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. Caixa 21/08593.

<sup>17</sup>A.G.A. MEN, Subsecretaria de Educação Popular, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. (05) LEG 19942TOP32/65. IDD (03)050.000. Expedientes de censura literária No. 5110-51. Caja 21/09716.

<sup>18</sup>A.G.A. MEN, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. Caixa 21/09814.

<sup>19</sup>A.G.A. MEN, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. Caixa 21/06449.

<sup>20</sup>A.G.A. MEN, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. Caixa 21/06578. Consta a seguinte observação: para impressão é necessário apagar no livro os parágrafos das páginas: 396- 398, 409-412, 516- 518, 529-533, 540-543, 546-547, 550-558.

<sup>21</sup>A.G.A. MEN, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira No. 5827/1958. Caixa 21/12241

<sup>22</sup>A.G.A. MEN, Seção de Inspeção de Livros. LEGAJO: 19942. Assuntos Exteriores. Expediente de Rafael Altamira no. 1873. Caixa 21/07576.

<sup>23</sup>CDMH, Archivo General de La Guerra Civil Española. Altamira (1937).

<sup>24</sup>A.G.A. MEN. Caixa 331. Leg 2964-18. Exp. 39 Fol.1 a 5. P.S. Madrid,24/10/1931. Rafael Altamira. Em 28/10/1931. O Ministério escreve comunicado confirmando a remissão dos três exemplares.

<sup>25</sup>A.G.A. MEN. Altamira, Rafael. Madrid,24/10/1931. Em 28/10/1931, Comunicado do Ministério confirmando o recebimento dos referidos exemplares.

<sup>26</sup>BNE - 3/168593: Alberola (1987).